

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O REGIME JURÍDICO APLICÁVEL ÀS DESAPROPRIAÇÕES (Amauri Feres Saad) **801**

SEPARANDO O JOIO DO TRIGO (Henrique Nelson Calandra; Sergio Ricardo do Amaral Gurgel; Ricardo Sayeg) **805**

ANÁLISE CRÍTICA DO INSTITUTO DO COMPROMISSO PREVISTO NO ART. 23 DO PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 349/2015, QUE TRATA DA ALTERAÇÃO DA LINDB (Dirceu Giglio Pereira; Raul Miguel Freitas de Oliveira) **808**

A LC Nº 51/1985 E O DIREITO DE INATIVAÇÃO DAS MILITARES ESTADUAIS: UMA CONCISA ANÁLISE DO SEU REFLEXO CONSTITUCIONAL (Luiz Eduardo de Paula Ponte) **817**

PROCESSO DELIBERATIVO DA SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS (Cristiano de Jesus Pereira Nascimento) **826**

A PROPOSTA DE CANCELAMENTO DA SÚMULA VINCULANTE Nº 5 (Rafael José Nadim de Lazari; Ricardo Bispo Razaboni Junior) **833**

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

REFORMA AGRÁRIA – Declaração de imóvel rural como de interesse social – Decreto presidencial editado quatorze anos após a vistoria administrativa – Alegadas irregularidade e demora – Procedimento administrativo suspenso por mais de sete anos em razão de questionamento judicial do próprio impetrante – Necessidade de atualização do laudo de avaliação do bem para fins de indenização, após confirmação da oportunidade e conveniência da desapropriação – Inexistência, ademais, de prazo de validade do ato de vistoria (STF) **839**

POLÍCIA FEDERAL – Relatórios avulsos de inteligência – Pretensão controle externo da atividade policial pelo Ministério Público – Não cabimento – Acesso pelo *Parquet* somente aos relatórios de inteligência emitidos pela PF de natureza persecutório-penal, ou seja, àqueles que guardem relação com a atividade de investigação criminal (STJ) **847**

DIREITO À INTIMIDADE – Pretensão sigilo absoluto das informações constantes em autos processuais, notadamente do nome do denunciado e da tipificação legal do delito imputado – Acusação de fornecer, divulgar e publicar, por meio da rede mundial de com-

putadores, arquivos contendo cenas pornográficas e de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes – Princípio constitucional da publicidade dos atos processuais – Segredo de justiça que se estende apenas a fases do processo e, em se tratando de delitos previstos no ECA, à proteção da intimidade das vítimas (STJ) **853**

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Obrigação de fazer – Reforma de unidade prisional – Alegada ofensa ao princípio da separação de Poderes – Não ocorrência – Omissão do Estado em adotar medidas necessárias para cumprimento da lei, em afronta ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana – Inadmissibilidade de a Administração utilizar-se do argumento de indisponibilidade de recursos ou entraves burocráticos para eximir-se de sua responsabilidade ou esquivar-se dos deveres impostos pela CF/1988 e pela legislação regente da matéria – Razoabilidade do lapso temporal de seis meses para cumprimento da obrigação – Redução da quantia fixada como multa diária (TJGO) **858**

PERITO MÉDICO-LEGISTA – Servidor público estadual – Pretensão pagamento de adicional de periculosidade em virtude da instalação de aparelho de raio X no posto de medicina legal – Pedido alternativo de insalubridade em grau máximo – Não cabimento – Exposição eventual à irradiação ionizante, conforme prova testemunhal – Ausência de prova pericial no processo – Não preenchimento do requisito da habitualidade (TJRS) **863**

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – Empresa cujo objeto social é a atividade de fomento mercantil (*factoring*) – Inexigibilidade de inscrição no respectivo Conselho Regional de Administração – Objeto preponderante da sociedade que não configura atividade privativa de profissional daquela área (TRF2R) **870**

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR ESTADUAL – Promoções indevidas de oficiais integrantes do quadro de militares de extinto território federal por meio de decretos – Efeitos financeiros retroativos desfavoráveis aos cofres públicos federais – Rejeição das razões de justificativa – Aplicação de multa ao então governador, ao Superintendente de Administração do Ministro da Fazenda, ao coronel da corporação e aos beneficiários diretos dos pagamentos indevidos – Inabilitação dos responsáveis para o exercício de função pública na Administração Federal pelo período de seis anos – Conversão da denúncia em processo de tomada de contas especial – Determinações (TCU) **878**